O EXCEPCIONAL E A EXCEPCIONALIDADE DA ORDEM SÓCIO-CULTURAL*

Gilson Carlos Sant'Anna**

1. Introdução; 2. Um breve histórico; 3. O conceito de normalização; 4. O sistema educacional brasileiro; 5. A tópica do imaginário ou da permanência da alienação; 6. A prática da exclusão na rede de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro; 7. Conclusão.

1. Introdução

Esse trabalho pretende resumir a dissertação de mestrado intitulada *excepcional e a excepcionalidade da ordem sócio-cultural,* defendida na Fundação Getulio Vargas, cujo objetivo foi desenvolver uma análise crítica da educação especial.

O interesse por essa área surgiu em 1980, quando realizamos um trabalho de arte-educação na Associação dos Moradores do Sapê, periferia de Niterói, com crianças que apresentavam um bom desempenho nas atividades desenvolvidas, enquanto na escola eram consideradas "excepcionais" e freqüentavam a classe especial.

Por que crianças, sem comprometimento algum, receberam o rótulo de "deficientes" e foram tratadas, pela escola, como tais? Esta é a questão que nos propomos responder.

2. Um breve histórico

A preocupação do Estado brasileiro com a educação especial é bastante recente. Teve início na década de 50, com a tentativa do MEC de integrar as ações governamentais e particulares nas áreas dos "deficientes" visuais, auditivos e mentais. Foi por isso que surgiram as campanhas para a educação do surdo brasileiro (1957), para a educação e a reabilitação de deficientes da visão (1958) e para a educação e a reabilitação de deficientes mentais (1960).

Dois momentos merecem destaque, dentro da história da educação especial:

---

* Resumo da dissertação de mestrado defendida no IESAE/FGV em 30.6.88.

** Mestre em educação pelo IESAE/FGV; professor no Departamento de Psicologia da PUC/RJ.

1. Em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), órgão central cuja função foi a coordenação e a supervisão da política de ação no trabalho com "excepcionais".

A criação do Cenesp se deu dentro de um processo maior, pois a partir de 1968 um certo tipo de "racionalidade" burocrática passa a ser, não como prática, mas como retórica, linguagem oficial do Estado.

O que notamos nessa época é a existência de reformas administrativas nos órgãos do setor público fundamentais para que a "lógica do planejamento" passe a fazer parte dos diversos setores do Estado, inclusive da educação.

Tal racionalidade inclui a presença de planos coerentes com objetivos realizáveis, diretrizes elaboradas, programas integrados e meios administrativos adequados e controláveis. Do ponto de vista administrativo-burocrático, tal racionalidade consiste em centralizar decisões no alto da hierarquia burocrática, com a eliminação progressiva de escalões de decisão intermediários.

As categorias fundamentais introduzidas pelos tecnocratas, tais como racionalidade, funcionalidade e eficiência, neutralizaram o conteúdo cultural e político, encobrindo as reais contradições da sociedade brasileira.

A criação do Cenesp, dessa forma, faz parte do processo de despolitização da população para que o Estado pudesse intervir sistemática e permanentemente na economia, procurando eliminar disfuncionamentos do sistema capitalista, sem modificá-lo na sua estrutura.

2. Em 1985, inicia-se uma redefinição da política da educação especial, caracterizando uma mudança de estratégia do poder em relação aos "excepcionais". Em 1986 foi criada a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), e em 1987 o Cenesp foi transformado em Secretaria de Educação Especial (Sespe). Esses órgãos devem, atualmente, implementar os seguintes princípios:

a) participação, ou seja, envolvimento de todos os setores da sociedade nas atividades educativas na área da educação especial;
b) integração de todos os segmentos sociais nesse processo;
c) normalização;
d) interiorização – expansão do atendimento aos municípios do interior, às periferias urbanas e às zonas rurais;
e) simplificação – opção por alternativas simples para o processo de ensino-aprendizagem.

É interessante notar que os conceitos de participação, integração, interiorização e simplificação são princípios defendidos na Conferência Internacional de Alma-Ata

(1978), onde os esforços das forças progressistas na área de saúde apontaram para a necessidade de se proporcionar serviços de boa qualidade a toda a população e a participação desta no processo.

No entanto, programas na área de saúde que foram implementados no Brasil com o objetivo de regionalizar, hierarquizar e integrar o sistema de saúde sofreram várias distorções, tais como:

1. Sofisticação: tendência de estender para a população carente técnicas e atitudes medicalizadas, complexas e caras, com a justificativa de "democratizar" o sistema de saúde. O que realmente ocorre nessa situação é a medicalização da população e o beneficiamento do complexo médico-industrial.

2. Simplificação com queda de qualidade – "a medicina pobre para os pobres".

3. Autoritarismo: imposição de planos elaborados por técnicos, sem a efetiva participação da população.

Na realidade, não há nenhuma mudança significativa com relação à filosofia da educação especial. A atual redefinição da política da educação especial consiste basicamente no transplante de conceitos da área de saúde, sem que tenha sido feita nenhuma reflexão crítica nesse processo. Se na área de sáude os programas sofreram graves distorções, o que nos garantirá que o mesmo não acontecerá com a educação especial?

Sendo assim, podemos notar que a ação do Estado em relação ao excepcional em nada se modificará – o Estado pretende "normalizar" (princípio que sempre norteou a ação da educação especial). O que há de novo é o fato de se pretender normalizar um número cada vez maior de "excepcionais" (todos, se possível) e com um mínimo de custo.

3. O conceito de normalização

Normal significa aquilo que é reto, perpendicular. Assim, qualquer coisa que se incline para a direita ou para a esquerda seria anormal. Dois critérios são usados para se detectar o anormal: o critério ontológico (quando o desviante se afasta de como deve ser, de uma essência ideal) e o critério estatístico (quando o desviante não se envontra na maioria dos casos).

Podemos formular esse conceito da seguinte maneira: $A - B = d(B) = p(B)$, ou seja, a diferença entre A (norma dominante) e B (norma desviante) dá a medida do desvio de B, isto é, da patologia de B.

A sociedade reivindica o padrão dominante (comportamentos e valores da classe hegemônica) como normal, impondo uma exigência externa a alunos cujas existências se apresentam, em relação à exigência social, como algo indesejável. Essa imposição é que constitui a prática da normalização.

Por trás dessa prática, o que existe é a "ideologia liberal" com o seu conceito de adaptação, com sua fantasia de correção das injustiças sociais através da correção das disfunções do sistema, das oportunidades iguais para todos, como se não fôssemos marcados desde o início pelas diferenças sociais, pela dominação de classes que o próprio sistema educacional reproduz.

4. O sistema educacional brasileiro

Por que nosso sistema educacional funciona estabelecendo normas, detectando desvios, integrando ou excluindo os "deficientes"?

Em primeiro lugar, devemos ter sempre em mente que numa sociedade capitalista existe um processo constante de alienação e reprodução das relações sociais de produção capitalista. A escola contribui para esse processo na medida em que se caracteriza pelos altos índices de repetência, de evasão e pelo limitado número de vagas nas escolas oficiais em relação ao número de crianças em idade escolar. Esse "processo de seletividade" empreendido pelo sistema educacional brasileiro encontra suas causas na maneira como a escola lida com os alunos das classes populares: linguagem, normas, conteúdos e cartilhas escolares retratam os modos de vida da classe dominante, sua forma de vestir, falar, de se relacionar com o outro.

As crianças das classes populares sentem-se confusas e inferiorizadas diante de um sistema de códigos e valores desconhecidos e podem adotar, como autodefesa, uma "atitude de recusa" da escola. Essa recusa pode-se expressar através de vários comportamentos, tais como silêncio, instabilidade, desatenção, tiques nervosos, agressividade, aparente desleixo, rendimento escolar prejudicado, hipercinesia, agitação, conduta autista, enfim, todos os comportamentos classificados como "distúrbios dos portadores de problemas da conduta".[1]

O processo de escolarização constitui-se em uma violência para a criança das classes populares, pois o êxito no sistema educacional exige uma série de mudanças de condutas e valores que lhes são impostos. Como essas crianças não dependem do

[1] Essa classificação se encontra na Portaria Interministerial nº 186, de 21.3.78. Também são considerados "excepcionais" os deficientes mentais educáveis e treináveis, os cegos, portadores de visão subnormal, parcialmente surdos, deficientes físicos, portadores de deficiência múltipla, superdotados e talentosos.

que é ensinado na escola para a sua sobrevivência imediata, a percepção desse fato faz com que ela resista a essa forma de violência. É nesse ponto que se concretiza o fracasso escolar da criança, por conta de um mecanismo eficaz de exclusão. A escola tem êxito no seu papel seletivo.

A divisão entre êxito e fracasso é passada para toda a sociedade como algo legítimo em função do desempenho individual dos alunos, assim como a divisão da sociedade em classes é passada como algo legítimo e natural, pois os mais capazes é que podem vencer.

5. A tópica do imaginário ou da permanência da alienação

A relação de alienação que se põe na divisão do trabalho entre o capitalista e o operário não pode ser apenas explicada pela apassivação do homem pelo homem. A luta e o trabalho estão na dimensão intersubjetiva e são definidos pela negatividade, pela marca da condição humana inicial.

Nos primeiros anos de vida, a criança encontra-se na plena indistinção e transitividade, a fusão entre sujeito e objeto, entre o eu e o tu. Entre os 6 e 18 meses, entra no estádio do espelho: a criança, incapaz de dominar sua motricidade, ao olhar para o espelho (ou para o outro) precipita a sua própria unidade.

A vista da forma total do corpo humano dá ao sujeito um domínio imaginário do seu corpo, prematuro em relação ao domínio real. Nessa fase o ser humano tem pela primeira vez, acesso à sua representação, à sua imagem, e se conhece como outro que não ele mesmo.

Nesse estádio o sujeito fixa-se a uma imagem que o *aliena* de si mesmo. Ao negar a si mesmo e ao afirmar o outro de forma total, o sujeito experimenta a força da autodestrutividade. Essa força autodestrutiva leva-o, por confrontação com o oposto, à heteroagressividade, à negação do outro. Essa é a destrutividade que decorre da nossa condição humana inicial. Essa lógica afetiva, do tudo ou nada, nos marca, pois fica impressa em nosso inconsciente dinâmico.

Numa etapa seguinte, ao maturar a capacidade de representação mental, a linguagem, o simbólico vai instituir a estrutura edipiana: o Nome do Pai é o representante da Lei, que intervém na relação especular, provocando uma ferida narcísica e introduzindo o sujeito na ordem simbólica.

Em outras palavras, quando a criança percebe que o *tu,* que para ela é o pai ou a mãe, é um *eu* na comunicação com o pai e, portanto, que o eu e o tu são permutáveis, são relações e não termos, ela entra no circuito da troca, ela é introduzida na ordem

simbólica. Para que isso aconteça, ela antes já se vivenciou como zero, sujeito excluído do inconsciente. Ao ocupar esse lugar na ordem, a criança é excluída da comunicação ao mesmo tempo que é integrada nela.

Instalar-se no registro simbólico da linguagem representa para a criança a circunscrição de sua singularidade no seio do grupo em que vive. O termo *singularidade* significa aqui que o homem (existencialmente um ser por e para outrem) não poderá superar suas necessidades biológicas, que o limitam ao nível animal, se não se recuperar a si mesmo através da troca dialética. O simbólico é o agente desse passo, terreno comum onde todos os indivíduos se afirmam, se opõem entre si e se reencontram a si mesmos.

A escola, como todas as demais instituições inseridas dentro da ordem sócio-cultural em que vivemos, está referida à lógica afetiva do estádio especular (lógica do tudo ou nada, do certo ou errado, do verdadeiro ou falso, do mocinho ou bandido, do normal ou patológico) na medida em que privilegia somente os valores, as normas e a ideologia da classe hegemônica, esquecendo que o consenso absoluto é impossível, pois as classes sociais são antagônicas ao nível da estrutura econômica e cultural.

Se, ao ingressar na escola, o aluno reúne as pré-condições necessárias, poderá delas tirar proveito; caso contrário, esbarrará, provavelmente, nos caminhos que levam ao estigma, à consolidação de uma auto-imagem comprometida e à marginalidade.

6. A prática da exclusão na rede de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro

Nossa pesquisa de campo, que consistiu na análise institucional da Equipe Técnica de Educação Especial (Etesp) de Niterói, órgão da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, veio confirmar a posição de Foucault, segundo a qual todas as instituições têm como finalidade a produção de corpos dóceis e produtivos, e que formar, controlar, reprimir, disciplinar são funções transversais das instituições, destinadas a fixar a ordem institucional, garantindo dessa forma a estrutura e as relações sociais de dominação.

A maior parte da clientela atendida pela Etesp consiste nos chamados "portadores de problemas de conduta". São alunos que se encontram fora do esquadro. São indisciplinados, não obedecem às normas escolares, são desatentos, agressivos, com problemas de aprendizagem, entre outros comportamentos tão censuráveis, segundo a lente social.

Os alunos com esse tipo de "excepcionalidade" são, na sua grande maioria, meninos que vivem na rua e já aprenderam o valor de sua liberdade, por isso não conseguem

se submeter às regras disciplinares da escola e tampouco estão interessados em aprender as matérias ali ensinadas, tão distantes de seus valores sociais.

A Etesp, auxiliando a escola de 1º grau, tenta acabar com os conflitos gerados por esses alunos, representantes da camada mais desprivilegiada de nossa população.

Toda uma equipe de técnicos, com instrumentos de validade duvidosa, emite laudos cuja função é configurar o rótulo de deficiente, classificar e segregar os desviantes. O diagnóstico realizado pelos técnicos influenciará negativa e decisivamente o aluno em vários aspectos de sua vida. Ele será aquele que pertence à classe "dos malucos", será aquela pessoa discriminada no mercado de trabalho na medida em que sua passagem pela classe especial fica registrada no histórico escolar, causando uma "nódoa" no seu currículo.

As professoras das classes especiais, que se representam como "missionárias", ocupam na relação professor-aluno o lugar de juiz que aponta para o caminho certo. O aluno, segundo as professoras, que se desvia do que é certo deve ser tratado com amor e carinho para que possa novamente vir a trilhar o bom caminho da norma.

O trabalho nas classes especiais, onde existe sempre um grande número de alunos e pouco tempo para atendê-los, constitui-se numa prática superficial cujo objetivo é menos um real envolvimento com os alunos e mais ocupar o tempo desses alunos problemáticos, mantê-los sob controle, discipliná-los.

7. Conclusão

A educação especial adota uma filosofia e uma prática normalizadoras, onde podemos detectar, implicitamente, a presença da ideologia liberal com o seu conceito de adaptação, com sua tentativa de correção das diferenças através da ortopedia de tudo aquilo que se afasta das normas e valores da classe hegemônica.

A escola, enquanto produto histórico do capitalismo, legitima a divisão da sociedade em classes (somente os que têm êxito, os mais capazes, vencerão) passando a idéia de que tal divisão é natural; enquanto micropoder social, produz corpos dóceis e produtivos, fixando-os à ordem e ao aparelho cultural hegemônico.

A "excepcionalidade" é uma categoria pensada pela falta, pelo não, pelo que se afasta da "normalidade", pelas potencialidades. Toda uma equipe técnica (médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, fonoaudiólogos, orientadores educacionais, professores especializados), com o seu saber e instrumentais "científicos", é mobilizada pela escola com a finalidade de detectar, diagnosticar e tratar os alunos "excepcionais". Esses técnicos, geralmente investidos de um papel humanista e missionário,

são os responsáveis pela prática da discriminação, da disciplina, da negação do poder desses alunos.

Ressaltamos dois fatos significativos:

– Não negamos, de forma alguma, a existência de alunos que sejam diferentes e que precisam de uma educação mais individualizada. Apontamos, simplesmente, que essa diferença deva ser considerada de forma diversa. Concordamos com Lobo[2], nesse aspecto, quando ela pergunta:

"(...)Por que não afirmamos que somos todos plenos e que a potência que nós somos, não mais como uma possibilidade de vir-a-ser, é um *poder,* uma capacidade de expressar todo o nosso ser, de expandi-lo, de crescer, porque somos todos soberanos para inventar normas de vida e para contestá-las? Por que, ao invés disto, preferimos este finalismo que permite ao poder do Estado alijar-nos de nossa soberania e instituir uma representação monolítica de normalidade para melhor controlar-nos e transformar cada um de nós num veículo de sua dominação? (...) Neste sentido, a pessoa 'deficiente' é tão plena como todas as outras, e o que lhe resta não é atingir o que lhe falta ser, adquirir um desempenho 'compatível com as normas da sociedade', mas expandir o que é, afirmar-se em sua singularidade. Não se trata de uma visão conformista, mas de um ato de comando da própria deficiência, fazê-la plena de significados de vida e não se deixar comandar por ela (...). Trata-se de escapar do mundo da normalidade e de reproduzi-lo para agradar aos normais, tornando-se uma cópia piorada destes: corrigir os 'ceguismos' dos cegos, proibir a gesticulação dos surdos, disfarçando tudo o que possa parecer antiestético para o padrão totalitário da norma. A afirmação da diferença pretende a expressão de tudo que até agora foi considerado menor, obscuro, inferior e inaugurar novos valores de crescimento e experimentar novas maneiras de viver (...)."

Lacan nos mostra que a criança, no processo de humanização, deve entrar no simbólico para poder situar-se a si mesma e os outros em seu lugar, dispondo do terreno simbólico, no qual toda relação humana se desenrola. Nesse processo, há uma perda essencial do sujeito, cria-se um vazio necessário de ser preenchido, na medida em que no simbólico o sujeito não pode ser senão representado.

O sujeito pretendido só se constitui como sujeito após sua entrada no universo sócio-lingüístico, recesso de todas as significações possíveis, onde poderá articular seu próprio discurso, se individualizar, criar sua liberdade nos limites da intersubjetividade e da entrada no que já está constituído.

---

[2] Lobo, L.F. *Deficiência: prevenção, diagnóstico e estigma.* Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia. Mimeogr.

Dentro dessa visão, a escola, representante da ordem sócio-cultural, utiliza-se de uma pedagogia que traça o normal a partir de todo um instrumental e programas normativos. Essa pedagogia parece estabelecer com o "excepcional" um tipo de relação que poderíamos situar no nível imaginário – a criança que não consegue seguir o caminho estabelecido como normal é afastada, triada, testada, diagnosticada e, então, encaminhada para as "classes especiais". O sistema pedagógico constitui-se como verdade absoluta, enquanto o excepcional, que coloca essa verdade em questão, através de sua diversidade, é negado.

Esse fato parece apontar uma contradição onde podemos encontrar toda a excepcionalidade da ordem sócio-cultural em que vivemos. O problema pode ser assim colocado:

1. Existe uma organização simbólica, à qual ascendemos pela aceitação da castração, e somos introduzidos na relação *dialética* das trocas simbólicas.

2. As instituições sociais existentes, que trazem nas suas estruturas o que já está instituído (organizações simbólicas, culturais), são regidas pela lógica binária do imaginário.

Dessa forma, na atual formação social capitalista o circuito de trocas simbólicas onde os indivíduos se integram está referido à oposição exclusiva, contrária: *B* é a negação de *A*, ou seja, a negação do outro oposto e nada mais. Há duas positividades – *A* e *B*. Por exemplo: o ser é *(A)*. O não ser não é *(B)*.

Na lógica dialética, a oposição é inclusiva, contraditória. Se quisermos dar significação a não-*A*, devemos saber o que é *A*, isto é, o que não-*A* está negando. Nenhum dos dois pólos da oposição é alguma coisa em si mesmo ou por si mesmo. Cada termo implica ou inclui uma relação com o outro termo, e o resultado é a unidade dos opostos.

A lógica da oposição exclusiva constitui um dos meios de assegurar na sociedade humana a dominação de certos grupos ou de certos indivíduos sobre os outros, na medida em que tenta encobrir as contradições inerentes ao sistema capitalista.

Lacan nos mostra que ninguém possui um *falus* (poder) mítico que exclua a falta, a diferença. Uma educação voltada para os interesses do excepcional deveria partir da idéia de que ele é um ser diverso, portador de uma normatividade diferente do grupo social em que está inserido. Esse grupo também não é homogêneo, ele é composto por elementos diversos com normas diversas. Deveríamos acabar, portanto, com a manutenção da oposição saúde × doença, que nada mais é do que um mecanismo de negação das contradições existentes em nossa sociedade. Se não existir esse antagonismo, teremos de aceitar que dentro da sociedade existem forças opostas numa

relação de contraditoriedade. Dentro dessa perspectiva, o excepcional, por ter uma normatividade diversa da normatividade dominante, não representaria um perigo à ordem vigente, não havendo, assim, necessidade de controle e discriminação. Denunciar o poder da educação sobre os excepcionais será, então, uma possibilidade de libertação e autonomia.

Notamos, por parte da escola, uma tendência de identificar indisciplina e comportamentos socialmente não aceitáveis como "excepcionalidade". Dessa forma, interpretamos a Portaria nº 167/78 (MEC-MPAS), que define a sintomatologia dos "portadores de problemas de conduta", como mais uma estratégia de controle social.

Esses alunos, meninos de rua, representantes de uma classe social e culturalmente dominada, rebelam-se contra as normas da escola, tornam-se agressivos, recusam-se a aprender, tentam proteger-se da violência que a escola comete ao impor conceitos, valores e comportamentos de uma classe a que não pertencem, negando-lhes a expressão de sua cultura, valores, experiências, expectativas e desejos. A escola identifica esses alunos com os "excepcionais"; todos são "colocados num mesmo saco" e encaminhados para as classes especiais.

Essa prática deve ser entendida dentro de um movimento político maior, de negação da identidade das classes subalternas. Trata-se do movimento de negação da legitimidade do saber popular e dos trabalhadores, enquanto produtores de saber e de cultura.

A mudança da educação especial deve, portanto, fazer parte de uma transformação social e cultural mais ampla. Não cabe aqui nos aprofundarmos nessa questão. Queremos, no entanto, apontar dois caminhos relacionados à educação que, segundo o nosso ponto de vista, podem contribuir para essa mudança:

1. A comunidade deverá ter autonomia e poder para dirigir a escola e atender à sua clientela. Ao Estado caberá, quando solicitado, manter recursos humanos e materiais.

2. Uma mudança do sistema sócio-econômico-político, embora necessária, não será suficiente para modificar o quadro tão caótico da educação, uma vez que os educadores não dispõem do necessário "saber fazer".

É preciso conhecer melhor as experiências inerentes às atividades da vida diária na cultura das crianças atendidas pela escola pública a fim de se construir, a partir dessas experiências, pontes e ligações efetivas para o ensino mais abstrato que a escola pretende ministrar.

Estudos com esse objetivo vêm sendo realizados por Carraher e sua equipe,[3] que sistematizaram o desempenho em matemática de crianças pobres em situações naturais e situações formais, do tipo escolar. Foram apresentadas a crianças e adolescentes, que trabalham na feira e vendem cocos, pipoca, milho verde e amendoim torrado, várias questões sobre transações realizadas, como, por exemplo:

– Pesquisador: – Quanto é um coco?
– M.: – Trinta e cinco.
– Pesquisador: – Quero dez cocos. Quanto é dez cocos?
– M.: (pausa) – Três são 105, com mais três é 210. (Pausa) Tá faltando quatro. É ... (pausa) 315... parece que é 350.

No teste formal do tipo escolar, os problemas resolvidos pelos sujeitos nessas situações informais eram representados matematicamente de várias maneiras, buscando-se, assim, uma representação formal da competência do sujeito. Na situação descrita anteriormente temos, pelo menos, as seguintes:

a) 35 × 10;
b) 35 × 3 (que pode ser conhecido de memória);
c) 35 × 4;
d) 105 + 105.

O resultado obtido no estudo indicou uma influência decisiva do contexto cultural sobre a solução de problemas de matemática.

"O que podemos concluir desta enorme discrepância?", pergunta Carraher:

"(...) A primeira constatação é que existem múltiplas lógicas corretas na resolução de cálculos. A escola nos ensina como deveríamos multiplicar, subtrair, somar e dividir; esses procedimentos formais, quando seguidos corretamente, funcionam. Entretanto, as crianças e adolescentes no presente estudo demonstraram utilizar métodos de resolução de problemas que, embora totalmente corretos, não são aproveitados pela escola (...)."[4]

Os educadores devem enfatizar, portanto, o direito das classes dominantes à educação, e não apenas à escolarização. Devemos, assim, estudar os processos educativos que se dão na prática social e nos propor a teorizar sobre essa realidade, criar espaços e metodologias para essa prática educativa, integrando a educação escolar nessa prática social mais global, mesmo que esse posicionamento seja rotulado de populismo pedagógico, antiescola, conservadorismo de vanguarda ou mitificação da cultura popular.

---

[3] Carraher, T.N. et alii. Na vida, dez; na escola, zero: os contextos culturais de aprendizagem de matemática. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (42):79-86, ago./1982.
[4] Carraher, T.N. et alii. op. cit. p.17.

Quanto ao futuro mais imediato, gostaríamos de fazer uma previsão: a elaboração do "Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Deficiente", ao nortear a política do Estado para os princípios de participação, integração, normalização, interiorização e simplificação, trará como conseqüência a discriminação de um número cada vez maior de "deficientes" e, tudo isso, com o mínimo de custo possível. Esse processo de discriminação deverá ser total, no qual todos os "desviantes" serão segregados em um mesmo local para "tratamento". O Estado e o município do Rio de Janeiro já estão planejando a construção de Cieps para o atendimento dessa clientela. O do município deverá ser construído em Santa Cruz;[5] afinal, quanto mais longe esses alunos estiverem, melhor para a preservação da norma e da ordem sócio-cultural.

[5] Plano de Ação da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro para 1988.